

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



CONTRATO Nº 113/2021
FIRMADO ENTRE O ESTADO DO
PIAÚÍ REPRESENTADO PELA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
DO PIAÚÍ (SESAPI) E ASSOCIAÇÃO
DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS DE LUÍS CORREIA –
PI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE SAÚDE SUS.

CONTRATO c/ ASSOC. PAISE AMIGOS
EXCER. LUÍS CORREIA Nº 113/21
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 17
Em, 21 / Julho / 2021

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 06.553.564/0001-38, doravante denominada simplesmente **SESAPI**, situada na Avenida Pedro Freitas, s/n, bloco A, Centro Administrativo, em Teresina – PI, neste ato representado pelo Secretário de Estado da Saúde, **Sr. FLORENTINO ALVES VERAS NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 986.996 – SSP/PI, inscrito no CPF sob o nº 327.448.113-00; e de outro **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LUÍS CORREIA – PI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 35.146.042/0001-10, localizada na Rua Cel Jonas Correia, nº 240, bairro Centro – Luís Correia – PI, CEP 64.220-00, fone: (86) 3367-1496, neste ato representado por **ANTONIO HOLANDA E SILVA**, brasileiro, RG nº 298.553 SSP PI, CPF nº 134.119.343-87, doravante denominada **APAE DE LUÍS CORREIA – PI – CNES 7176554**, habilitada pela comissão especial de credenciamento instituída pela Portaria SESAPI/GAB Nº 348/2014, de 13/03/2014, tendo em vista a Contratação Direta por **Inexigibilidade de Licitação** constante no Processo Administrativo nº AA.900.1.003817/14-00 e Parecer nº 129/2020/FP/PLC/GAB/PGE-PI e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Constituição Federal, art. 199, § 1º; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 15.093/2013, os

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado no Preâmbulo deste Contrato, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O presente contrato tem por objeto integrar o/a **APAE DE LUÍS CORREIA – PI** no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral a saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual está inserida e previamente definido entre as partes, para prestação de serviços ambulatoriais de acordo com os Termos de Referência – **TR3 – REABILITAÇÃO**, para usuários do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, do Piauí, nos termos e condições a seguir estabelecidas e conforme modelo de declaração contida no Anexo III do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Os serviços ocorrerão a partir da assinatura do contrato, correndo por conta da credenciada todas as despesas pertinentes, tais como seguro, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

3.2. A credenciada deverá prestar os serviços especializados na área, com prazo de vigência até de 12 meses após assinatura do contrato;

3.3. Os serviços serão fornecidos através do atendimento direto ao usuário SUS, conforme demanda regulada;

3.4. A prestação do serviço será enviada até o **5º dia útil** do mês subsequente, em mídia e assinada pelo diretor do Estabelecimento, à Diretoria de Unidade de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria – DUCARA para processamento e envio do Banco de dados ao Ministério da Saúde (MS/DATASUS) e Relatório de Créditos ao Fundo Estadual de Saúde

*Cont. c/ Assoc. País e Amigo
Exec. Luis Correia Nº 13/21
Registrado Lv. Nº 13, Fls. 17
Em 21 de julho 2021*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



para posterior pagamento da produção aprovada no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor mensal do presente Termo de Contrato é R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), perfazendo o montante anual de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. A SESAPI repassará mensalmente pelos serviços apresentados e aprovados, conforme Tabela SUS em vigor, editadas pelo Ministério da Saúde.

5.2. O repasse do pagamento será realizado no prazo máximo de até no prazo de 10 (dez) dias úteis após o envio do processamento ao Fundo Estadual de Saúde – FES.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES

6.1. O reajuste dos valores contratados serão os da Tabela Unificada de Procedimentos do SUS.

6.2. O presente Contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto, que não pode ser modificado.

6.2.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no presente Contrato, de acordo com o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos do presente contrato oneram recursos do FES, consoante as seguintes informações: Fonte de Recurso: Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC).

Prof.ª/Assoc. Pires e Augusto
Assoc. Luis Correia Nº 113/21
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 17
Em, 21 de julho de 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



SUBGRUPO DE PROCEDIMENTOS	MENSAL	ANUAL
0301 PROCEDIMENTOS CLÍNICOS/CONSULTAS/ATENDIMENTOS/ACOMPANHAMENTOS	30.000,00	360.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

8.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

8.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos dados constantes do CNES, relativos ao potencial de produção de procedimentos dos serviços contratados, tomando as medidas cabíveis quando forem constatadas irregularidades no referido cadastro, identificadas em vistorias técnicas promovidas pela DUCARA.

8.4. Promover a auditoria, o controle e a avaliação dos serviços, com o objetivo de promover seu perfeito cumprimento, sob os aspectos de estrutura, de processos técnicos e de atendimento aos usuários, seja do ponto de vista quantitativo ou qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

8.5. Aplicar à contratada as penalidades cabíveis na forma da Lei.

8.6. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do objeto deste termo de referência e dos padrões técnicos das autoridades responsáveis pela regulamentação das atividades de prestação de serviços no âmbito da saúde, como também os serviços apresentados que contenham indícios ou tenham sido constatados como não realizados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Manter o cadastro dos usuários, assim como os prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços.

Cont. c/ Assoc. País e Amiz. 07
Grp. Luis Correia Nº 113/21
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 17
Em. 21 / julho / 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



9.2. O compromisso da contratada de apresentar, na periodicidade ajustada, relatórios de atendimento e outros documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados.

9.3. Deverão estar com as informações atualizadas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, cujos dados deverão corresponder, fielmente, à estrutura, aos equipamentos e ao pessoal disponível.

9.4. Os estabelecimentos contratados serão submetidos a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Estadual de Controle e Avaliação de Serviços de Saúde do SUS do Estado do Piauí, instituído pela DUCARA.

9.5. Os serviços contratados deverão se submeter à política de Regulação do seu gestor.

9.6. O contratado deverá fornecer ao usuário ou responsável, no ato do atendimento, documento com a discriminação do(s) serviço(s) prestado(s) e a informação sobre a gratuidade do(s) mesmo(s).

9.7. Obrigação de apresentação de relatórios de atividades sempre que solicitados pelo gestor.

9.8. Os serviços contratados deverão garantir aos trabalhadores vínculo empregatício que assegure todos os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

9.9. Será garantido o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

9.10. Os serviços contratados deverão garantir aos usuários do SUS: redução das filas e do tempo de espera para atendimento; acesso com atendimento acolhedor e resolutivo, baseado em critérios de risco; nome dos profissionais que cuidam de sua saúde e que são responsáveis por eles; acesso às informações; presença de acompanhante; bem como os demais direitos dos usuários do SUS.

9.11. Em conformidade com o art. 26, §2º, da Lei 8.080/90, os serviços contratados serão submetidos às normas emanadas pelo SUS.

9.12. As instituições interessadas deverão disponibilizar aos setores correspondentes da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí, quando solicitadas, informações necessárias para elaboração de diagnósticos regionais, análise de perfil epidemiológico da população atendida,

*Cont.-cl. Assoc. Paíse Amigos
Excep. Luis Correia Nº 113/21
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 17
Em, 21 / julho 2011
M. M. M. M. M.*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



avaliações qualitativas do atendimento e acompanhamento da programação pactuada integrada.

9.13. Garantir a continuidade da execução de todos os serviços durante a vigência do contrato.

9.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de credenciamento, conforme o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses da data da sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

10.2. Por se tratar de serviços continuados, o Contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante fundada justificativa, em requerimento ao Secretário de Estado da Saúde do Piauí, que conforme natureza da justificativa autorizará ou não a prorrogação.

10.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e do contrato administrativo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

*Cont. c/ Assoc. Pais e Amigos
Acop Luis Louisa Nº 113/201
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 17
Em 21/Julho 2021
M. J. Louisa*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



11.3. O representante da Administração, o fiscal do contrato, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.2. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, a Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora de critérios definidos pela SESAPI;

b) pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e auditoria pelos órgãos competentes da SESAPI ou do Ministério da Saúde;

c) pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde;

12.2.1. Em caso de atraso superior ao 5º dia útil do mês subsequente para a entrega da prestação dos serviços (ambulatorial), implicará na suspensão dos recursos financeiros referentes a competência vigente, até que seja regularizada a informação.

12.2.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, por prazo não superior a 2 (dois) anos, inclusive em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração. Será declarada suspensão de contratar com a Administração.

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, nos casos:

Cont. e Assoc. Pui e Amigod
Exp. Luis Correia Nº 13121
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 77
Em, 21 Julho / 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



I – Declarar-se-á inidôneo o contratado que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando, a juízo da Administração, falta grave, revestida de dolo.

II – Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

III – Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

IV – Declarar-se-á inidôneo o contratado que demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.3. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que a CONTRATADA tomar ciência.

12.4. Comprometer-se a reparar e/ou ressarcir o erário público, após relatório conclusivo fundamentado, emitido pela Auditoria/DUCARA em caso de inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor, bem como deste instrumento jurídico e devidamente homologado pelo Secretário Estadual de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. São encargos dos partícipes:

I- Do Estabelecimento de Saúde (CONTRATADA): cumprir todas as metas e condições definidas pela SESAPI.

II- Da SESAPI:

- a) Transferir os recursos previstos neste contrato;
- b) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;
- c) Estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde; e
- d) Analisar os relatórios elaborados pela CONTRATADA comparando os resultados alcançados com os recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



14.1. O presente contrato poderá ser rescindido consensualmente entre as partes ou unilateralmente pela SESAPI com o consequente descredenciamento pelo SUS, quando ocorrer descumprimento de suas cláusulas ou condições especiais:

- a) A inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, em conformidade com o Artigo 77, da Lei 8.666/93;
- b) O não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;
- c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade na prestação do SERVIÇO no prazo estipulado;
- d) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização da CONTRATANTE.
- e) O desatendimento das determinações regulares da comissão fiscalizadora, assim como de seus superiores;
- f) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, superior a 3 (três) vezes, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para o acompanhamento e fiscalização deste contrato;
- g) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
- h) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- i) A ocorrência de “caso fortuito” ou “força maior”, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

Cont. c/ Assoc. Pa. e Amigo
Exp. Luis Correia Nº 113/21
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 14
Em, 21 / julho 2021
[Assinatura]

[Assinatura]

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



j) Descumprimento do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

15.1. O(A) CONTRATADO(A) obrigará-se a fornecer à CONTRATANTE os dados de exames, históricos de pacientes e outras informações que lhe seja solicitada sobre o objeto deste Contrato correlacionadas através de arquivos eletrônicos para serem integrados a Sistemas de Informação indicados formalmente pela Secretaria Estadual de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo serão levadas ao Conselho Estadual de Saúde – CES.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO

17.1. A SESAPI providenciará a publicação do extrato do presente contrato na imprensa oficial no prazo da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir questões acerca da execução do presente contrato que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes.

Coat. C / Assoc. Pais e Amigos
Excep. Luis Cordeiro Nº 113/21
Registrado Lv. Nº 13, Fls. 17
Em, 21 / julho / 2021
[Assinatura]

[Assinatura]

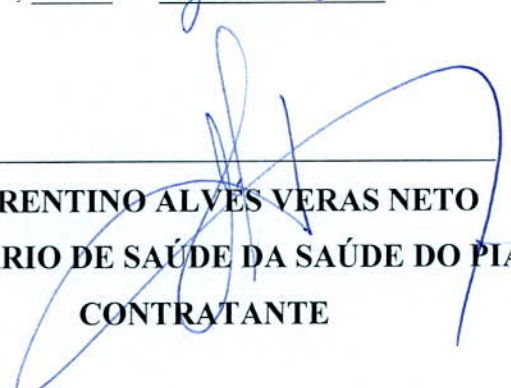
[Assinatura]

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO**



E, por estarem, assim, justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, na presença de testemunhas infra-assinadas.

Teresina, 12 de Julho de 2021.



FLORENTINO ALVES VERAS NETO
SECRETÁRIO DE SAÚDE DA SAÚDE DO PIAUÍ
CONTRATANTE



ANTONIO HOLANDA E SILVA

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LUÍS CORREIA – PI
CONTRATADA


TESTEMUNHAS:

RG

CPF

RG

CPF

*Coord. cl. Assoc. Pais e Amigos
Excep. Luís Correia Nº 113/21*
Registrado Lv. Nº 13 Fls. 17
Em, 29 / Julho / 2021




CARTÓRIO B. SOUZA

3ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIONATO
DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Clarice Maria de Sousa Portela - Tabeliã

Rua Marquês do Herval N° 562 - (86) 3323-7290 - Parnaíba - PI

Livro N° 147

Fls. 111

1º Traslado

Procuração bastante que faz (em) **ANTONIO HOLANDA E SILVA**, como abaixo se contém e declara:

S A I B A M os que o presente instrumento de procuração pública bastante viram que aos **doze (12)** dias do mês de **julho (07)** do ano de **dois mil e vinte e um (2021)** da Era Cristã, nesta cidade de Parnaíba, termo e comarca do mesmo nome Estado do Piauí, República Federativa do Brasil, em meu cartório sito à Rua Marquês do Herval, n° 562, bairro Centro, compareceu como outorgante(s) **ANTONIO HOLANDA E SILVA, brasileiro, solteiro, jornalista, natural de Floriano-PI, nascido em 17.09.1959, filho de Antonio Barbosa da Silva e Maria de Jesus Holanda e Silva, portador do RG n° 298.553 SSP-PI inscrito no CPF n° 134.119.343-87, residente e domiciliado nesta cidade de Parnaíba-PI, no Conj. Caminho da Alvorada, Casa 15, Q-J1, bairro Vicente Correia.** Reconhecido como o próprio por mim, Tabeliã Substituta, de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé, então disse o outorgante que nomeava e constituía sua bastante procuradora **KEYLA LINEZ DE VASCONCELOS SANTANA, brasileira, solteira, psicóloga, natural de Jose de Freitas-PI, nascida em 22.06.1976, filha de Maria do Livramento Rocha de Vasconcelos Santana e Jose de Ribamar Santana, residente e domiciliada na cidade de Teresina/PI, na Rua Noé Fortes, BL Nadir, APTO 404, bairro Uruguai, CEP 64.073-046, portadora do RG n° 1.366.930 SSP/PI e inscrita no CPF n° 723.072.423-68, a quem concede amplos, gerais e ilimitados poderes para, resolver todo e qualquer assunto de interesse da outorgante, junto a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI/DUCARA, na cidade de Teresina/PI, com o poder especial para assinar contratos e convênios de qualquer natureza em nome do outorgante, podendo dar entrada em documentos, assinar protocolos de entrega, juntar e retirar quaisquer outros documentos, pedir informações, ser de tudo intimado, preencher e assinar formulários e requerimentos, acompanhar processos, requerer cópias de documentos, pagar taxas de expediente, concordando e discordando, podendo pedir informações, receber notificações, deliberar sobre qualquer assunto, podendo usar de todos os meios legais para o fiel cumprimento do presente mandato, o que tudo feito dará por firme e valioso.** E como assim disse(ram) do que dou fé, lavrei este instrumento que lido e achado conforme aceitar(am), dispensando as testemunhas instrumentárias na forma do Art. 215 parágrafo 5 do Código Civil Brasileiro, da Lei 6952/81, do que dou fé. Foram exibidos os documentos comprobatórios da outorgante e do outorgado pelo os mesmos respondem civil e criminalmente pelas declarações aqui prestadas. O presente ato só terá validade com os Selos: **ACJ95909 - RWPJ, ACJ95910 - OOXT.** Consulte a autenticidade dos selos em www.tjpi.jus.br/portalextra. Emolumentos: R\$ 54,59; FERMOJUPI: R\$ 10,98; Selos: R\$ 0,52; MP:

CARTÓRIO B. SOUZA
Loraine de Sousa Portela
Tabeliã Substituta

3ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIONATO
DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
CLARICE MARIA DE SOUSA PORTELA
CNPJ 06.727.333/0001-01
Rua Marquês do Herval, n° 562 - Centro
Parnaíba - PI



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Piauí

R\$ 1,49; Total: R\$ 67,58. Eu, Lorraine de Sousa Portela
Tabeliã Substituta do 3º Ofício, digitei, subscrevi, dato e assino em público e raso.

Em testº Am da verdade.

Parnaíba (PI), 12 de julho de 2021.

Lorraine de Sousa Portela

Lorraine de Sousa Portela - Tabeliã Substituta do 3º Ofício.

3º SERVEN. EXTRAJUDICIAL DE TABELIONATO
DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
CLARICE MARIA DE SOUSA PORTELA
CNPJ 06.727.333/0001-01
Rua Marquês do Herval, nº 562 - Centro
Parnaíba - PI

CARTÓRIO B. SOUZA
Lorraine de Sousa Portela
Tabeliã Substituta

SERVENÇA EXTRAJUDICIAL DE TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CARTÓRIO B. SOUZA

Poder Judiciário do Estado do Piauí
Selo Digital de Fiscalização
Escritura NORMAL

ACJ95909 - RWPJ

Confira o ato em
www.tpi.jus.br/portalestra

Poder Judiciário do Estado do Piauí
Selo Digital de Fiscalização
Escritura NORMAL

ACJ95910 - OOXT

Confira o ato em
www.tpi.jus.br/portalestra



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2021.	
Processo SESAPI	AA.900.1.153854/17. 00012.003984/2021-84.
Modalidade	Inexigibilidade de Licitação.
Fundamentação Legal	Lei Nº 8.080/1990, Nº 8.666/93.
Contratante	Secretaria de Estado da Saúde.
CNPJ do Contratante	06.553.564/0001-38.
Contratado	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LUIS CORREIA – PI.
CNPJ do Contratado	35.146.042/0001-10.
Objeto	O presente contrato tem por objeto integrar o/a APAE DE LUÍS CORREIA – PI no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral a saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual está inserida e previamente definido entre as partes, para prestação de serviços ambulatoriais de acordo com os Termos de Referência –TR3 – REABILITAÇÃO, para usuários do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, do Piauí, nos termos e condições estabelecidas.
Vigência	12 (doze) meses da data de sua assinatura.
Data da Assinatura	12.07.2021.
Valor Global	R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
Ação Orçamentária	2394.
Fonte de Recurso	113.
Natureza da Despesa	335041.
Nota de Reserva	2021NR00296.
Reserva Orçamentária	2021RO000915.
Signatários	Pela contratante: FLORENTINO ALVES VERAS NETO - Secretário de Estado da Saúde do Piauí; Pela contratada: KEYLA LINEZ DE VASCONCELOS SANTANA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2021.	
Processo SESAPI	AA.900.1.018149/20. 00012.003889/2021-81.
Modalidade	Inexigibilidade de Licitação.
Fundamentação Legal	Lei Nº 8.080/1990, Nº 8.666/93.
Contratante	Secretaria de Estado da Saúde.
CNPJ do Contratante	06.553.564/0001-38.
Contratado	M M LEITE DE OLIVEIRA EIRELI.
CNPJ do Contratado	13.188.745/0001-78.
Objeto	O presente contrato tem por objeto integrar o/a PROSAUDE no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral a saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual está inserida e previamente definido entre as partes, para prestação de serviços ambulatoriais de acordo com os Termos de Referência – TR3 –

	FISIOTERAPIA, para usuários do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, do Piauí, nos termos e condições estabelecidas.
Vigência	12 (doze) meses da data de sua assinatura.
Data da Assinatura	09.07.2021.
Valor Global	R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil).
Ação Orçamentária	2394.
Fonte de Recurso	113.
Natureza da Despesa	339039.
Nota de Reserva	2021NR00296.
Reserva Orçamentária	2021RO000915.
Signatários	Pela contratante: FLORENTINO ALVES VERAS NETO - Secretário de Estado da Saúde do Piauí; Pela contratada: MARIA MIRTES LEITE DE OLIVEIRA.

Of. 262

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

EXTRATO DE ADITIVO

ATO: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2017.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí – SETRANS/PI – CNPJ nº 08.809.355/0001-38.
CONTRATADA: Pac Engenharia Ltda; CNPJ nº 09.020.353/0001-28.
OBJETO CONTRATUAL: Execução dos serviços de Urbanização do Porto de Tatus na Ilha Grande-PI.
OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogar o prazo de vigência contratual até 31 de julho de 2022, contado a partir de 01 de agosto de 2021.
DATA DE ASSINATURA: 28/07/2021.
ASSINAM: Hélio Isaías da Silva (pela Contratante) e Francisco Leonardo de Carvalho Mendes (pela Contratada).

EXTRATO DE ADITIVO

ATO: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2018.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí – SETRANS/PI – CNPJ nº 08.809.355/0001-38.
CONTRATADA: Pac Engenharia Ltda (CNPJ/MF sob o nº 09.020.353/0001-28)
OBJETO CONTRATUAL: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM BANHO DILUÍDO – TSD, NO MUNICÍPIO DE BURITI DOS MONTES-PI, COM EXTENSÃO DE 19,06 KM.
LICITAÇÃO: Concorrência Pública 05.2018;
OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogar o prazo de vigência contratual até 31 de julho de 2022, contado a partir de 01 de agosto de 2021.
DATA DE ASSINATURA: 28/07/2021.
ASSINAM: Hélio Isaías da Silva (pela Contratante) e Francisco Leonardo de Carvalho Mendes (pela Contratada).

EXTRATO DE ADITIVO

ATO: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2016.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí – SETRANS/PI – CNPJ nº 08.809.355/0001-38.
CONTRATADA: Oasis Construções e Consultoria Ltda; CNPJ nº 01.640.947/0001-20.
OBJETO CONTRATUAL: Pavimentação em paralelepípedo na zona urbana de Campo Maior/PI.
OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogar o prazo de vigência contratual até 31 de julho de 2022, contado a partir de 01 de agosto de 2021.
DATA DE ASSINATURA: 28/07/2021.
ASSINAM: Hélio Isaías da Silva (pela Contratante) e Ana Cristina da Rocha Oliveira De Araújo (pela Contratada).